

Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal

Social and affective support of women who have experienced intimate partner violence

Roberta Zanini da Rocha, Paola Rodegheri Galeli, Clarissa De Antoni

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Departamento de Psicologia.
Rua Sarmiento Leite, 245, Centro Histórico, 90050-170, Porto Alegre, RS, Brasil.
robertazrocha@gmail.com, paola.rga@gmail.com, clarissad@ufcspa.edu.br

Resumo: A violência conjugal é uma questão de saúde pública pelos danos físicos, emocionais e sociais causados nas mulheres envolvidas. A rede de apoio social e afetiva pode ser um recurso para o enfrentamento dessa situação, entretanto ainda é pouca investigada. O objetivo desse estudo qualitativo foi investigar a concepção de mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal sobre a sua rede de apoio social e afetiva, bem como entender as funções cumpridas por esta rede em seus contextos. Foram entrevistadas 5 mulheres que se encontravam afastadas, há pelo menos seis meses, do agressor. Os instrumentos foram um questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. A partir da Análise Temática, encontrou-se ambivalência em relação à efetividade da rede no enfrentamento à violência. Ora foi considerada efetiva quando as participantes se sentiram apoiadas e receberam ajuda para que conseguissem romper o ciclo de violência, ora não-efetiva, em circunstâncias nas quais as outras pessoas demonstraram postura crítica ou indiferente diante do sofrimento da mulher. Além de não prestar assistência, por vezes a rede prejudicou as tentativas da mulher de sair da relação abusiva. Sendo assim, entende-se que as relações estabelecidas entre a mulher e sua rede de apoio social e afetiva são complexas e podem tanto facilitar quanto dificultar o enfrentamento da violência.

Palavras-chave: rede de apoio social; apoio social; violência conjugal.

Abstract: Intimate partner violence is a public health issue due to the physical, emotional, and social damages caused on the people involved. The network of social and affective support may be a resource for coping with this situation, although it is still poorly investigated. The objective of this qualitative study was to understand the perception of women who have experienced intimate partner violence about their personal social network, as well as the functions developed by this network. The study was conducted with five women who were separated from their aggressors for at least six months. Data collection was carried out through sociodemographic questionnaire and semi-structured interview. The Thematic Analysis revealed ambiguity regarding effectiveness of personal social network in coping with violence. Personal social network was considered effective when the participants felt supported and received some form of help from its members to break the cycle of violence. The ineffectiveness of the network was recognized in circumstances in which people demonstrate critical or indifferent behavior towards the victim's suffering. In addition to not providing assistance, sometimes, the network negatively impacted on the woman's attempts to leave the abusive relationship. Therefore, it is understood that the relations between women and

their personal social networks are complex and that the social network can either facilitate or hinder the confrontation of violence.

Keywords: social networks; social support; conjugal violence.

Introdução

A violência conjugal é entendida como aquela que permeia relacionamentos íntimos e afetivos, no qual um dos parceiros agride emocionalmente, física ou sexualmente o outro (Jonhson, 2011). Apesar dos dados serem imprecisos sobre sua ocorrência, essa realidade é conhecida em termos mundiais e considerada como de extrema relevância. No Brasil, o levantamento realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) aponta que a Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, no 1º semestre de 2016, atendeu 67.962 relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas.

Os relatos de violência apontam que, em 81% dos casos, os autores das agressões são pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas (SPM, 2016). Contudo, entende-se que os números relativos a esse tipo de violência podem não corresponder à realidade por existir uma subnotificação dos casos, uma vez que ocorre no ambiente doméstico, compreendido como privado, e as mulheres têm dificuldades em delatar seus companheiros (Gomes *et al.*, 2012). Portanto, trata-se não apenas de uma questão social ou interpessoal, mas de saúde pública, já que políticas e estratégias estão sendo implementadas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Além disso, a violência empregada contra a parceira pode comprometer a saúde reprodutiva, mental, social e laboral das mulheres que vivenciam esta situação (Gomes *et al.*, 2012; Gomes *et al.*, 2013; Miranda *et al.*, 2010).

A violência conjugal pode ser compreendida a partir de diferentes enfoques e perspectivas, como a de gênero. Esta perspectiva aborda a desigualdade social existente

entre os sexos, em que a mulher se encontra assujeitada, em condição de inferioridade ao seu parceiro. Isto se deve à existência de uma realidade de dominação-exploração do gênero masculino em relação ao feminino (Saffioti, 2001). Também se pode analisar o fenômeno a partir dos pressupostos das teorias sistêmicas, nas quais a violência conjugal é entendida como um fenômeno relacional, complexo, multifacetado, vivenciado pela díade em suas interações, sendo sua dinâmica desenvolvida por meio da relação que estabelecem no contexto no qual estão inseridos (Falcke *et al.*, 2009; Santos e Moré, 2011; Rosa e Falcke, 2014; Colossi *et al.*, 2015).

No presente estudo, ambas abordagens são levadas em consideração, mas será dada ênfase à compreensão sistêmica e contextual da violência vivenciada pelas mulheres. Para tanto, foi utilizada a perspectiva sistêmica adotada pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, como forma de compreender o papel exercido pelo meio ambiente ecológico no qual o casal está inserido sobre a ocorrência, manutenção ou extinção da violência. Já a compreensão da rede de apoio social das mulheres foi realizada através da perspectiva de redes sociais de Carlos Sluzki.

A TBDH tem sido utilizada em alguns estudos em que a temática da violência é abordada e tem se mostrado profícua no entendimento deste fenômeno (Carvalho-Barreto *et al.*, 2009; Bhona *et al.*, 2014; Koller e De Antoni, 2004). A TBDH apresenta como foco principal de investigação e compreensão do desenvolvimento humano os processos e interações estabelecidos, reciprocamente, entre a pessoa e seu ambiente ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, 2011).

Para contemplar todos os fatores que constituem e influenciam o desenvolvimento, Bronfenbrenner sugere o estudo de quatro dimensões, que estão inter-relacionadas e atuam na formação do indivíduo: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, 2011). A dimensão Pessoa diz respeito a uma conjugação entre as características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento e as características construídas na interação desta com o seu ambiente. Estas características

são tanto produto quanto produtoras do desenvolvimento da pessoa, sendo capazes de influenciar os processos proximais. Em relação às mulheres envolvidas em situações de violência conjugal, por exemplo, características como baixa autoestima ou falta de competência social podem impedi-las de criar uma rede que funcione de forma protetiva. Os processos proximais, peça-chave da TBDH, são caracterizados como interações recíprocas que ocorrem entre um ser humano e pessoas/objetos do seu ambiente. Com o passar do tempo, as interações tornam-se cada vez mais complexas e sua compreensão é subjetiva. O processo proximal estabelecido pelo casal, muitas vezes, pode levar a uma violência bidirecional ou ao terrorismo íntimo (Johnson, 2011). A dinâmica dessa relação cria uma tensão constante e estratégias ineficazes são utilizadas para tentar resolver a situação, levando a um ciclo de violência ainda mais severo. A dimensão Tempo refere-se a mudanças e constâncias que ocorrem ao longo do ciclo de vida da pessoa, como o casamento ou a separação e as mudanças históricas e sociais, como os movimentos sociais que desencadearam a Lei Maria da Penha (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, 2011; De Antoni e Koller, 2010; Diniz e Koller, 2010; Carvalho-Barreto *et al.*, 2009).

A dimensão Contexto relaciona-se ao meio ambiente ecológico em que a pessoa está inserida ou que, mesmo não havendo interação, a afeta indiretamente. As influências externas, provenientes de cenários mais amplos também são parte do Contexto – como questões culturais e sociais, por exemplo. Esta dimensão é composta por quatro níveis, denominados micro-, meso-, exo- e macrossistema. O microsistema é o nível em que se encontram o padrão de atividades, papéis e relações interpessoais estabelecidas pela pessoa em ambientes nos quais ela interage presencialmente. É nesse ambiente que ocorrem as agressões conjugais. O mesossistema é aquele que inclui as conexões e os processos que ocorrem entre dois ou mais ambientes, tendo como exemplo a rede de apoio social e afetiva. Para a mulher que sofre violência, seus parentes, amigos e colegas de trabalho podem formar sua rede de apoio social, que está compreendida neste nível contextual. No exossistema, a pessoa não participa

diretamente, porém ocorrem eventos que a influenciam, como a decisão do juiz sobre seu caso. O macrosistema consiste de um contexto mais amplo, como a cultura, subcultura, valores e, em particular, os sistemas instigadores de desenvolvimento de crenças, riscos, estilos de vida e recursos (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, 2011). Observa-se no macrosistema brasileiro o domínio de uma cultura machista, que valoriza a hegemonia masculina e mantém a mulher em um papel de inferioridade, evidenciado pela alta taxa de feminicídio de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime (SPM, 2016).

Portanto, é na dimensão Contexto que estão abarcadas as relações que um indivíduo estabelece, em diferentes ambientes, com pessoas do seu entorno, como familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, etc. Estas pessoas podem, de acordo com Bronfenbrenner (1996), cumprir papéis construtivos - funcionando como apoio externo - ou negativos, prejudicando a pessoa em desenvolvimento, principalmente quando esta vivencia situações de estresse. A aglutinação de todas as interações estabelecidas pela pessoa com outros indivíduos e com instituições, em contextos diversos, corresponde a sua rede social.

Redes de apoio social

Em relação à perspectiva das redes de apoio sociais, o conceito remete ao conjunto de pessoas com as quais há interação de forma regular. Assim, os sistemas significativos de uma pessoa não estão restritos somente à família, mas a todos os vínculos interpessoais presentes em sua vida. Sluzki (1997) compreende a rede social como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou diferenciadas.

Em relação às mulheres em situação de violência conjugal, Katerndahl *et al.* (2013) indicam que a rede se mostra inadequada as suas necessidades. Os dados levantados pela pesquisa realizada por Mburia-Mwalili *et al.* (2010) demonstraram que mulheres em

situação de violência, que possuíam rede social considerada pequena ou moderada, tinham de 3 a 5 vezes mais chances de desenvolverem um quadro de depressão, quando comparadas com mulheres em situação semelhante, mas que contavam com redes maiores. Já Jong *et al.* (2008) identificaram que muitas das vítimas que formalizavam a denúncia contra o companheiro agressor recorriam à ajuda de amigos e familiares para apoio na realização da queixa.

Deeke *et al.* (2009) observaram que 40% das mulheres buscaram auxílio de familiares após a agressão. A existência de uma rede, bem como as diferentes formas de apoio fornecidas por esta, pode ser entendida como promotora de saúde e fator de proteção diante de situações de risco (Heaney e Israel, 2008). Gonçalves *et al.* (2011) apontam que o apoio fornecido pela rede produz efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos e benéficos para o indivíduo.

É importante salientar que a rede de apoio social de um indivíduo apresenta dinamicidade ao longo do tempo, não sendo estática. Bronfenbrenner (1996) indica que mudanças que ocorrem na vida e no ambiente ecológico influenciam as interações estabelecidas pela pessoa. Além disso, Dutra *et al.* (2013) abordam a importância de compreender a dinâmica das redes, a natureza dos vínculos estabelecidos, bem como as trocas que ocorrem entre os integrantes de determinada rede. Germano e Colaço (2012) observam que a rede social é um sistema no qual ocorrem, em planos micro e macrosociais, ações, relações e intervenções, tanto do indivíduo em direção à sua rede, quanto da rede em direção à pessoa em foco.

Além disso, a rede social pode apresentar diversas funções. Estudos como os desenvolvidos por Heaney e Israel (2008), Gonçalves *et al.* (2011), More (2005) e principalmente Sluzki (1997) enumeram algumas dessas funções exercidas a partir das trocas ocorridas dentro de uma rede. Dentre elas, destaca-se: *companhia social*, que se estabelece por meio da realização de atividades conjuntamente ou da simples presença física de alguém; *apoio emocional*, em que uma interação mediada por compreensão, empatia, estímulo e apoio se estabelece entre as pessoas. O indivíduo que recebe o apoio

emocional sente-se valorizado, cuidado e apoiado por alguém que está afetivamente disponível. A função de *guia cognitivo* é desempenhada quando um indivíduo fornece informações, conselhos e serve como um modelo de identificação para outro; a *regulação social* ocorre quando alguém assume a função de recordar uma pessoa de suas responsabilidades e papéis, bem como de neutralizar desvios comportamentais e favorecer a resolução de conflitos; ajuda material ou de serviços ocorre a partir do fornecimento de ajuda física ou profissional específica, bem como por auxílio de ordem econômica; *acesso a novos contatos* ocorre quando membros da rede possibilitam à pessoa novos vínculos e conexões com outros indivíduos/instituições anteriormente desconhecidos.

Ademais, é necessário ressaltar que a concepção da pessoa a respeito das funções e benefícios adquiridos por meio desta rede e dos papéis ali desempenhados é muito importante. Isso porque a subjetividade e aspectos emocionais específicos da pessoa estão sempre interferindo na forma como esta compreende o mundo e suas relações (Leonidas *et al.*, 2013). É a partir dessa percepção que a pessoa avaliará sua rede como satisfatória ou não, e não somente a partir do fato de como esta rede realmente se apresenta. A percepção do apoio será capaz de influenciar o significado que a oferta de apoio assume em determinada situação, assim como o tipo e qualidade do relacionamento que esta pessoa mantém com o provedor do apoio (Gonçalves *et al.*, 2011). Griep (2003) lembra que as implicações positivas do apoio social dependem da capacidade deste de suprir as necessidades que o indivíduo espera que sejam atendidas. As relações sociais são importantes na superação de dificuldades e de condições de risco, sendo consideradas, por Germano e Colaço (2012), como básicas para que um indivíduo possa lidar com situações que ameacem ou prejudiquem seu bem-estar. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar a concepção de mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal sobre a sua rede de apoio social e afetiva, bem como entender as funções cumpridas por esta rede.

Método

Delineamento

O presente estudo apresenta caráter qualitativo e transversal. O modelo de pesquisa utilizado foi exploratório e descritivo, pois busca não só fornecer uma visão geral, mas também descrever as características relacionadas ao fenômeno estudado (Gil, 2008). Pretendeu-se retratar e caracterizar as concepções das mulheres participantes sobre o apoio recebido de sua rede social e afetiva diante das situações de violência por elas vivenciadas em seu passado recente.

Participantes

Participaram do estudo cinco mulheres, com idades compreendidas entre 23 e 36 anos. Os dados sociodemográficos estão expostos na tabela a seguir. Os nomes são fictícios para preservar a identidade das participantes.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico e da violência das participantes

Table 1. Sociodemographic and violence profile of participants

Nome fictício	Idade (anos)	Escolaridade	Renda (salário)	Tempo relação	Tempo afastamento	Filho/s	Violência sofrida
Annie	36	Médio	2	4 anos	2 anos e 10 meses	4	Física e psicológica
Catherine	33	Médio	1,6	16 anos	3 anos	3	Física e psicológica
Celeste	23	Técnico	1,5	2 anos	7 meses	-	Física e psicológica
Joy	33	Superior	4,5	1 ano	1 ano e 6 meses	1	<i>Stalking</i> e violência psicológica
Lisbeth	33	Médio	3	2 meses	1 ano	1	Física, psicológica, cárcere privado

Instrumentos

Os instrumentos aplicados foram um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, ambos elaborados pelas pesquisadoras. O roteiro abordou questões sobre a história do casal, a situação de violência, a denúncia, os tipos de

atendimentos recebidos, fatores facilitadores e dificultadores do enfrentamento da violência, assim como a situação atual da mulher.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

O acesso às participantes ocorreu através do 1º e 2º Juizados da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, localizado no Foro Central, na cidade de Porto Alegre/RS. Para contato com as mulheres, foram feitas buscas ativas através dos registros locais e divulgação na Sala de Espera do Juizado, enquanto estas aguardavam as audiências relacionadas ao processo em andamento. As entrevistas foram realizadas na sala do Foro Central, na casa e no local de trabalho das participantes e tiveram a duração de uma hora e foram gravadas com autorização das participantes. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse estudo é um recorte da pesquisa “Resiliência e vulnerabilidade em mulheres em situação de violência”. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, sob o parecer nº 1.029.203.

Especificamente no presente estudo, foram analisadas as respostas que envolviam a questão da rede de apoio social e afetiva. Os resultados a respeito das redes secundárias ou de serviços são apresentados em outro artigo

Procedimentos de análise de dados

Os dados coletados foram analisados, após a transcrição, a partir dos pressupostos da Análise Temática (Braun e Clarke, 2006). Este método visa à identificação, análise e relato de temas que tenham significado para o objeto analítico visado. Estes temas são selecionados a partir da leitura dos dados e posteriormente passam por um processo de tratamento, análise e apresentação. Isso ocorre a partir do cumprimento de seis fases: familiarização com os dados; codificação inicial; busca de temas; revisão de temas; definição e nomeação de temas; escrita dos resultados.

Como forma de avaliar a qualidade das categorias estabelecidas para a apresentação dos achados em relação à rede de apoio social das participantes, julgamentos independentes foram realizados por três juízes. Cada um avaliou um conjunto de categorias a fim de determinar se a nomenclatura empregada, a descrição e os recortes das falas das participantes apresentavam adequação e relação entre si.

Resultados

A partir da leitura exaustiva dos trechos das entrevistas em que as mulheres abordavam temas relacionados a sua rede de apoio (integrantes, contribuições, funções, expectativas), os dados foram organizados em duas grandes categorias, denominadas “Rede de apoio social não-efetiva” e “Rede de apoio social efetiva”. Cada uma dessas categorias conta com subcategorias, delimitadas e organizadas como forma de abranger todos os significados e manifestações relacionadas a não-efetividade ou efetividade da rede de apoio diante da situação de violência vivenciada pelas mulheres participantes. O arranjo das categorias e subcategorias pode ser visualizado na Figura 1.

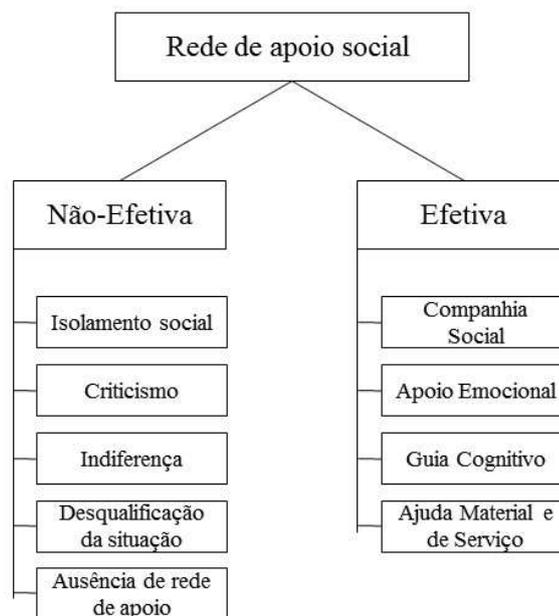


Figura 1. Disposição das categorias e subcategorias
Figure 1. Arrangement of categories and subcategories

Rede de apoio social não-efetiva

Os resultados apontam que nem sempre a rede social foi capaz de prestar o auxílio necessário para o enfrentamento da situação de violência. Por vezes, além de não prover o suporte, membros da rede agiram de forma a dificultar a identificação da violência, a saída da mulher da relação e a manutenção do afastamento do companheiro agressor. Katerndahl *et al.* (2013) indicam que a existência de contatos não garante, para as mulheres em situação de violência, o fornecimento de apoio e auxílio. A falta de apoio, neste estudo, não decorreu de um desconhecimento dos membros da rede sobre os episódios de violência sofridos pelas mulheres, pois elas afirmam que as pessoas com quem tinham relações mais próximas sabiam da dinâmica do relacionamento. Em alguns casos, nos momentos de interação da participante com estas pessoas, as trocas estabelecidas tendiam a uma culpabilização da mulher pela situação e à demonstração de uma postura crítica e julgadora. Em outros, os discursos dos integrantes da rede indicavam desvalorização da queixa compartilhada pelas mulheres e até mesmo demonstravam indiferença à situação vivenciada por ela. A rede também foi considerada não-efetiva nas situações em que o agressor obtinha êxito diante de suas tentativas de exercer controle e influência sobre as relações sociais da mulher. Isto porque os membros da rede não tentaram – ou não conseguiram – manter a frequência dos contatos e a proximidade com a mulher, apesar de saberem das dificuldades enfrentadas por elas nos seus relacionamentos afetivos.

A rede de apoio social destas mulheres demonstrou sua não-efetividade no auxílio ao enfrentamento da situação de violência de diversas formas. Por isto, os resultados desta categoria serão apresentados através de núcleos de significado (subcategorias) que foram identificados nos discursos das participantes quando falaram sobre os momentos em que a rede de apoio não se mostrou adequada às necessidades apresentadas por elas. Foram delimitadas cinco subcategorias: *isolamento social, criticismo, indiferença, desqualificação da situação e ausência de rede de apoio.*

Isolamento social

Esta subcategoria diz respeito ao isolamento resultante do controle exercido pelos agressores sobre os contatos sociais e sobre a relação das vítimas com familiares e amigos. O relato das participantes indicou a presença de comportamentos exibidos pelo companheiro, ao longo da relação, que apresentavam como objetivo reduzir o número de contatos e trocas sociais das mulheres, restringindo-a somente à sua convivência. Esta atitude provoca um enfraquecimento das suas redes sociais, o que pode promover isolamento social. Como demonstra a fala abaixo:

Ele controlava bastante. Ele não deixava eu ir no shopping, nem só com as amigas, nem com a minha mãe. Não podia ir no shopping com a minha mãe, não podia ir no centro sozinha, eu não podia ir na casa da minha amiga tomar um chimarrão, ver um filme... Eu não podia fazer nada sem ele, ele tinha que estar junto sempre. E quando eu fazia, era certo, eu ia chegar em casa e ia me incomodar, ia brigar comigo porque eu fui no shopping com a minha mãe.
(Celeste)

A manifestação deste comportamento pode ocorrer de diversas formas. A mais citada foi a vigilância constante sobre as atividades da mulher. Os companheiros não permitiam que elas realizassem atividades anteriormente rotineiras (como sair com amigas, visitar familiares, trabalhar). Em muitos casos, quando as atividades de fato ocorriam, o companheiro exercia o controle acompanhando-a ou realizando diversos contatos telefônicos durante os períodos em que a parceira não estava em sua companhia. O afastamento de pessoas e instituições com as quais a mulher mantinha vínculos também foi relatado pelas participantes. Os agressores agiam ativamente em prol de uma desvinculação das companheiras de pessoas próximas. Isto acontecia a partir de relatos do agressor de que estas pessoas – na maioria das vezes, amigas que desaprovavam o relacionamento da mulher com o agressor – eram invejosas e infelizes, e que, por isto, não apoiavam o seu relacionamento. Em alguns casos, as participantes perceberam as tentativas do companheiro de dificultar o contato com pessoas significativas como forma de evitar que elas revelassem que estavam sendo vítimas de violência.

Em relação a instituições, os agressores buscavam impedir que as mulheres estabelecessem contatos que poderiam denunciar a situação de violência. O acesso a serviços de saúde era, não raramente, proibido. Alguns dos agressores realizaram cárcere privado com as vítimas, inviabilizando que obtivessem ajuda e cuidado dos ferimentos causados pelas agressões físicas. Ademais, além dos meios de controle indicados acima, a literatura aponta a restrição de acesso a diversos recursos (como dinheiro, por exemplo) e das trocas sociais somente a integrantes do ambiente doméstico como outras formas empregadas pelo agressor a fim de exercer controle sobre a mulher (Brasil, 2002; Carvalho-Barreto *et al.*, 2009; Dutra *et al.*, 2013; Krenkel *et al.*, 2015; Lettiere e Nakano, 2011). Estudos indicaram que o controle exercido sobre as redes sociais contribui para a manutenção da situação de violência, visto que dificultam a busca de auxílio tanto de pessoas quanto de instituições que poderiam contribuir para a saída da situação (Dutra *et al.*, 2013; Krenkel *et al.*, 2015; Lettiere e Nakano, 2011; Gadoni-Costa *et al.*, 2011). A fala a seguir exemplifica a manifestação deste controle:

Ele me isolava das pessoas sem que eu percebesse... Eu dizia: "Ah, eu vou lá na R [amiga]..." Aí ele dizia: "Não, vamos tomar um chimarrão, vamos ali na pracinha..." Sabe? Ele começou a me puxar para um mundo só dele sem eu ver o que ele estava fazendo... (Lisbeth)

A restrição dos contatos com os membros da sua rede causa um enfraquecimento no mesossistema da mulher, o que prejudica a articulação e a capacidade da rede de cumprir o papel de apoio. Além disso, ela se vê restrita ao microsistema doméstico, o que limita ou impede sua participação em outros microsistemas dos quais fazia parte. Desta forma, as conexões entre os diversos microsistemas são prejudicadas e os processos que ocorriam entre os microsistemas (ou seja, no nível de mesossistema) são rompidos.

Criticismo

Os membros da rede social empregaram julgamentos críticos tanto em relação ao cenário em que as mulheres estavam inseridas quanto sobre as atitudes tomadas por

elas diante da relação com o agressor. Estes julgamentos foram realizados por familiares, amigos e vizinhos e demonstravam reprovação ao envolvimento das mulheres com homens abusivos e à manutenção do relacionamento mesmo após a ocorrência dos episódios de violência.

Estes comentários podem ter sido empregados como uma tentativa de fazer com que essas mulheres refletissem sobre a sua situação de risco e sobre o comportamento dos companheiros, o que poderia estimular a saída do relacionamento abusivo. Contudo, a postura crítica causou um afastamento entre a mulher e os membros da rede social que empregaram esta estratégia. As participantes indicaram sentir vergonha de estarem sendo vítimas de violência e de se manterem na relação com o agressor. Miranda *et al.* (2010) apontam que a vergonha de expor que sofrem violência faz com que estas mulheres não busquem os serviços de saúde ou seus direitos. As mulheres entrevistadas evitavam relatar os acontecimentos do relacionamento amoroso e afastaram-se das pessoas que realizavam julgamentos. O relato de Annie ilustra esta situação: *"Além de escutar dos vizinhos, né?! "Ah, tu é sem vergonha, tu não presta mesmo. Vai ter que um dia acordar! Esse cara não te merece." Diziam, né? "* A participante Joy refere a postura que adotou diante das críticas recebidas: *"[Falando sobre a atitude da família] seria uma reprovação.... Então eu já evitava falar do que acontecia. Detalhes assim, não. Eu não falava porque eu não queria ouvir. (...) E eu evitava falar. Mas nunca disseram: "vai dar parte na polícia." (Joy).*

A pesquisa desenvolvida por Santi *et al.* (2010) apontou que, em alguns casos, os conselhos fornecidos por membros da rede social das participantes poderiam ser compreendidos de maneira a causar maior sofrimento do que o já instalado pela situação de violência em si. Falcke *et al.* (2009) indicam que a desaprovação proveniente de amigos próximos e familiares foi uma das barreiras enfrentadas pelas mulheres diante da decisão de denunciar seus agressores. Percebe-se aqui, como nos relatos apresentados na subcategoria anterior, um enfraquecimento da rede social da vítima. Contudo, os motivos pelos quais acontece são distintos. Diante da postura crítica e

julgadora dos familiares e amigos, a mulher distancia-se, mantendo-se isolada e não acionando a rede por não se sentir apoiada e compreendida. Katerndahl *et al.* (2013) apontam a dificuldade de encontrar pessoas realmente apoiadoras e não-julgadoras como uma das razões que podem explicar a falta de proximidade da vítima com sua rede social. O distanciamento produzido como consequência do criticismo dos membros da rede enfraquece as conexões da vítima, tornando ainda mais restrito seu mesossistema.

Indiferença

O relato das participantes também evidenciou a falta de apoio de pessoas relevantes do seu círculo social, tais como pai, mãe, outros parentes ou amigos. A fala demonstra o achado: *“O meu pai disse que era neutro, que eu sou de maior, que quem sabe da minha vida sou eu. [Os pais] Não se meteram em nada, não ajudaram, nem desajudaram, quer ficar aí, fica aí. Tipo assim, te ferra...”* (Lisbeth)

O discurso da entrevistada revela que alguns membros da sua rede se apresentaram como indiferentes frente à experiência de violência vivenciada pela mulher. Estas pessoas estavam afetiva e fisicamente próximas, além de possuírem conhecimento dos episódios de violência e da dinâmica do relacionamento. Contudo, mantiveram-se indiferentes, distanciados, não fornecendo suporte e apoio para o enfrentamento da situação. A falta da intercessão e amparo destas pessoas da rede pode ter dificultado ou desencorajado a saída do relacionamento abusivo.

Esta isenção de participação nos conflitos e nos eventos da vida do casal parece estar relacionada a uma questão cultural (macrossistêmica) que, segundo Koller e De Antoni (2004), foi socialmente instituído há séculos por parte da sociedade ocidental e de que estes eventos devem ser mantidos apenas no domínio privado. Tilley e Brackley (2005) indicam que até mesmo as vítimas e as testemunhas dos episódios de violência conjugal creem na concepção de que este é um problema privado. Koller e De Antoni (2004) abordam, considerando uma construção macrossistêmica – social e cultural, a

aceitação e postura de submissão por parte das pessoas do entorno da mulher no que diz respeito à compreensão de que o homem tem domínio sobre a parceira e as crianças. Esta aceitação está inserida em um contexto patriarcal e machista. Falcke *et al.* (2009), em conformidade, indicam que este poder de dominação foi social e historicamente atribuído ao homem. A aceitação de que é isto é algo natural, inerente ao gênero masculino (dominação) e feminino (submissão), fortalece a crença de que não é adequado intervir nos relacionamentos alheios (Guedes *et al.*, 2007; Falcke e Féres-Carneiro, 2011). Desta forma, a atitude de omissão é empregada por parte dos indivíduos que poderiam prestar apoio. Essa atitude das testemunhas diante da violência reforça a manutenção da desigualdade de gênero e naturalização da dominação em relações assimétricas.

Desqualificação da situação

Outro achado que demonstra a importante influência de aspectos do macrosistema diz respeito à desqualificação da situação. Esta consiste de uma desvalorização, realizada por parte de amigos e familiares, das queixas da mulher diante das condutas do companheiro e dos episódios de violência. As participantes relataram que, ao buscar apoio de pessoas próximas para enfrentarem a situação, receberam conselhos que indicavam que estas situações eram inerentes ao relacionamento entre homens e mulheres. Estas pessoas assinalavam que a mulher deveria resolver a situação de conflito com seu companheiro a partir do diálogo. Isto demonstra uma naturalização da violência conjugal, considerada como parte do convívio de um casal. A fala abaixo exemplifica a desqualificação:

[Falando do posicionamento das pessoas diante da separação] A maioria ficou contra. A família dele, a maioria contra. Depois, quando eu contei o que estava acontecendo, eles disseram “que tal vocês tentarem conversar? Dá mais uma chance para ele, porque ele vai mudar”. Muita pressão para esse lado. (Catherine)

Em estudo desenvolvido com mulheres vítimas de violência, Dutra *et al.* (2013) apontaram que as mães das vítimas tendiam a reforçar a noção de que os homens são naturalmente violentos. Esta fala por parte de membros da rede contribuía, segundo os autores, para a manutenção das desigualdades existentes entre gêneros. Diante desta circunstância, as mulheres sentiam-se desamparadas e sem a quem recorrer para lidar e enfrentar o ocorrido. Krenkel *et al.* (2015) entendem o posicionamento demonstrado pelos membros da rede de que é “normal” que ocorram episódios de violência entre parceiros íntimos como uma forma de desqualificação do discurso da vítima. Além disso, estes autores apontam que a postura da família de desqualificação diante da queixa é uma das principais razões para o afastamento e posterior isolamento das vítimas. Os membros da rede consideravam o companheiro da mulher uma pessoa cativante e calma. A fala da participante Lisbeth ilustra este dado:

Se vocês tivessem aqui, ele ia ser o marido perfeito. A melhor pessoa do mundo! [Imitando o companheiro] “Ah, eu amo ela. Ela é linda. Deixa que eu faço pra ti, deixa que eu pego...”, sabe? Tudo! (...). Na real, ninguém sabe, né? [que ele agride mulheres]. Todo mundo tem ele como uma pessoa do bem, uma pessoa calma, meiga, querida, e não é, né?

A violência é naturalizada por algumas pessoas provavelmente desde a infância, por viverem em ambientes em que a violência permeava as interações, sendo parte da dinâmica dos relacionamentos (Rosa e Falcke, 2014; Falcke e Féres-Carneiro, 2011). É possível que estas pessoas, caso sejam acionadas como rede de apoio por uma pessoa em situação de violência, falhem no fornecimento de suporte por não compreenderem a situação de violência como algo atípico e anormal na relação conjugal. Verifica-se, aqui, a influência do exossistema sobre a pessoa que vivenciou a violência, visto que algo que ocorreu em um contexto no qual ela não participa reverbera e influencia no apoio (ou falta de apoio) por ela recebido.

Ausência de rede de apoio

A falta de apoio também apareceu no relato das participantes como consequência da ausência de uma rede que cumprisse esta função. A possibilidade de poder contar com o apoio de pessoas do entorno, diante de situações que envolvem estresse ou adversidade, pode ser considerada fator de proteção e até mesmo peça-chave no processo de enfrentamento de condições de risco ou dificuldades de vida. Germano e Colaço (2012) consideram essencial o apoio fornecido pela rede social para que um indivíduo possa lidar com situações que ameacem ou prejudiquem seu bem-estar. Considerando este cenário, é plausível ponderar que a ausência de uma rede de apoio dificulta – ou até mesmo prejudica - as tentativas de saída da situação de violência por parte da mulher. Não tendo a quem recorrer e com quem contar, estas mulheres podem acabar permanecendo por maiores períodos em relacionamentos abusivos.

Para Bronfenbrenner (1996), o efeito mais pernicioso que pode ser causado sobre uma pessoa em desenvolvimento pelas “terceiras pessoas” (aquelas que contribuem e apoiam as atividades desenvolvimentais que ocorrem numa díade) decorre da sua ausência. Para o autor, essa ausência demonstra uma indisponibilidade desses terceiros para funcionar em papéis construtivos. Estes “papéis construtivos” abordados por ele são papéis tipicamente exercidos por membros de uma rede de apoio, como oferta de conselhos, recursos e informações; facilitação de novas relações; provimento de auxílio, etc. Desta forma, a ausência de rede social, e conseqüentemente, de apoio, pode funcionar como aspecto mantenedor da situação de violência e do relacionamento abusivo, fazendo com que a mulher permaneça em uma situação de risco permanente. O trecho abaixo representa a resposta da participante Catherine para a pergunta “você acredita que teria conseguido passar e sair da situação de violência sem o apoio de outras pessoas?”:

Eu acho que sim. Porque eu fui muito sozinha né, tipo assim, eu sou muito na minha, trabalho, vou pra casa e tal. Já não tem muito assim, os meus amigos... eu não frequento a casa deles como eu frequentava antes, até porque era mais perto de onde ele morava, mora lá né? Então já não tem muito convívio com meus amigos. Então, eu acho que... eu sou sozinha mesmo.

A partir dessa fala, é importante salientar a diferença existente entre apoio recebido e apoio percebido. Esta participante, ao longo de sua entrevista, cita que algumas pessoas do seu entorno deram conselhos para que ela saísse da situação de violência – afastando-se do companheiro – bem como utilizaram suas próprias histórias como exemplo das consequências negativas que a manutenção deste vínculo poderia trazer. Contudo, quando perguntada sobre a existência de pessoas que a auxiliaram na tomada de decisão e no processo de saída da relação, Catherine disse não ter contado com o apoio de pessoas do seu entorno. Ou seja, o relato da participante indica que o apoio por ela recebido pode não ter sido percebido como tal. Bronfenbrenner (2011) denomina essa percepção subjetiva da pessoa sobre seu contexto, que perpassa as condições objetivas, de *experiência*. Salienta, ainda, que é característica da experiência ser carregada de emoção e motivação. Para Leonidas *et al.* (2013), a percepção do indivíduo a respeito das funções e benefícios adquiridos por meio da rede social é muito importante, visto que a subjetividade e aspectos emocionais específicos daquele indivíduo estão sempre interferindo na forma como este compreende o mundo e suas relações. É a partir desta percepção que a pessoa avaliará sua rede como satisfatória ou não, e não somente a partir do fato de como esta rede realmente se apresenta.

Rede de apoio social efetiva

Por muitos momentos, a rede social se mostrou não-efetiva diante da necessidade de apoio e suporte apresentada pelas mulheres em situação de violência. Entretanto, as participantes também referiram funções importantes e positivas desempenhadas pela rede, que as auxiliaram no processo de saída da situação de violência. A efetividade da rede social foi relatada pelas mulheres que abordaram, no seu discurso, diferentes formas e funções do apoio fornecido pelas pessoas do seu entorno. Elas relataram a influência que os discursos e condutas dos membros da rede tiveram sobre a decisão de sair da relação, de realizar a notificação da violência sofrida e de manter a denúncia contra seu agressor. As subcategorias apresentadas a seguir foram nomeadas de acordo

com as funções desempenhadas pela rede. Essas funções seguem a nomenclatura e definição proposta por Sluzki (1997). As quatro subcategorias encontradas foram: *companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e ajuda material e de serviço.*

Companhia social

As entrevistadas referiram a participação de pessoas que integravam suas redes sociais em algumas situações importantes para a saída da relação abusiva. Nesses casos, a rede apresentou a função de companhia social, que se dá a partir da realização de atividades em conjunto, estando ao lado, acompanhando. Essa função encontrada nas redes é responsável pela prestação de amparo às vítimas. Essa modalidade de apoio mostrou-se relevante no momento da busca de serviços de saúde e diante da realização da denúncia contra o companheiro nas delegacias. O relato a seguir exemplifica esse dado: *“Eu não ia dar parte! Não, se a C. [amiga] não tivesse me pego, me levado no hospital e me levado para dar parte, eu não ia dar parte.”* (Lisbeth).

De acordo com o apontado pela participante Lisbeth, em alguns casos a companhia social é essencial para que a mulher consiga executar a denúncia contra o seu agressor. O acompanhamento fornecido por amigos e/ou familiares funciona como apoio, encorajamento e estímulo para que a mulher acesse os serviços necessários para o restabelecimento da sua saúde e para a tomada das medidas cabíveis contra o companheiro violento. A companhia social também apresenta a função de prover a sensação de estarem seguras e amparadas contra quaisquer tentativas de aproximação do companheiro: *“Quando eu fiz a queixa, fiquei com muito medo de sair sozinha, muito medo mesmo, até de ir ao mercado. Daí sempre tinha que ter alguém comigo, sempre alguma das amigas. Elas foram as que mais me apoiaram, foram minhas amigas.”* (Celeste).

O temor de represálias por parte do companheiro agressor faz com que as mulheres não os denunciem (Marques e Coleta, 2010). A demora e protelação da notificação também estão relacionadas à insegurança no que concerne à reação do

companheiro diante da descoberta da realização da queixa. Sendo assim, o sentimento de medo é apaziguado diante da presença dos membros da rede como acompanhantes.

Apoio emocional

O apoio emocional é a forma de suporte que mais evidencia a disponibilidade e a preocupação dos familiares e amigos com a situação vivenciada. Para Sluzki (1997), o apoio emocional é provido a partir de uma relação que proporcione compreensão, empatia e estímulo para os envolvidos. O indivíduo que fornece este tipo de suporte a outrem demonstra disponibilidade para apoiar e reconfortar, estando afetivamente acessível para a relação de companheirismo. Krenkel *et al.* (2015) indicam que os provedores de apoio emocional manifestaram preocupação com a situação de violência que estava sendo vivenciada pelas participantes, demonstrando empatia. Isto estabelece uma atmosfera de amparo, que possibilita que as mulheres compartilhem seus sentimentos e relatem os problemas pelos quais estão passando. Estas pessoas conseguem conectar-se com as mulheres e se mostram confiáveis, viabilizando um estreitamento da relação, o que pode gerar um ambiente propício para que elas se sintam confortáveis para relatar a sua situação.

Diversas são as formas encontradas pelas pessoas para demonstrarem que se importam e se preocupam com a mulher. Uma que aparentou ser bastante comum, dá-se a partir da oferta de conselhos para que a vítima abandone a relação abusiva e denuncie o seu agressor. Muitas vezes, é diante da conversa e da troca afetiva estabelecida com estas pessoas que a mulher percebe a gravidade da situação que está vivendo e que decide realizar a queixa contra seu companheiro, bem como dar fim à relação. O exemplo abaixo demonstra a importância que esse suporte apresenta para a tomada de decisão da entrevistada: *“Foram três ocorrências: a primeira eu não iria se não fosse a minha colega, com certeza. A segunda, talvez. Mas me ajudou a minha amiga ter dito: “P., não pensa meia vez”. Fui. Fez a diferença ela ter dito.”* (Joy)

O apoio emocional oferecido também pôde ser identificado em situações em que os amigos ajudavam a vítima a se manter longe do companheiro. A fala abaixo exemplifica esse dado: *“Eu peguei e liguei para o amigo dele “olha só, o F. [namorado], está na frente da minha casa. Está buzinando, ele quer falar comigo, mas eu não tenho nada para falar com ele. Daí ele disse “não, tudo bem, então eu vou aí falar com ele”. Ele foi falar com ele, e ele foi embora.”* (Celeste).

Os amigos foram apontados como os principais provedores dessa forma de apoio. Isto pode se dever ao fato de muitas mulheres demonstrarem vergonha e medo de contarem sobre os episódios de violência pelos quais passaram para seus familiares (Katerndahl *et al.*, 2013). O receio do julgamento e da crítica por parte destas pessoas, bem como o desejo de não as deixar preocupadas são os maiores empecilhos para que estas vítimas consigam compartilhar e relatar o que têm vivido (Santos e Moré, 2011).

Guia cognitivo

O fornecimento de conselhos e compartilhamento de opiniões sobre a situação em que a mulher se encontrava foi uma maneira da rede prestar suporte. Essas opiniões e conselhos eram oferecidos para ajudar a mulher a pensar como resolver as dificuldades por ela enfrentadas. Segundo Sluzki (1997), as relações estabelecidas com membros da rede podem funcionar como meios de acessar informações e receber conselhos. Os amigos e familiares demonstraram apoio por meio da oferta de possibilidades de ação e do suprimento de ajuda para a solução dos problemas enfrentados pela mulher. Isto fica aparente nas falas quando elas indicam que as pessoas do seu entorno lhes aconselhavam sobre como agir, sobre o que deviam fazer, e que atitudes deviam tomar diante do agressor e da situação de violência. No relato abaixo, essa questão é abordada pela participante Joy: *Cada vez que eu contava, elas [as cunhadas] diziam “P., nunca fica sozinha. Eu sei que ele é meu irmão, mas não fica sozinha com ele quando ele está nervoso.”*

Com base no relato da mulher sobre a situação que está enfrentando em seu relacionamento, os integrantes da rede de apoio entendem que aconselhá-la, avaliando conjuntamente com ela o que está acontecendo e as possibilidades de ação e resolução do problema é uma forma de ajudá-la a se desvencilhar da relação abusiva. Krenkel *et al.* (2015) apontam que contatos frequentes com pessoas da rede favorece diálogos que auxiliaram na tomada de decisão para a busca de ajuda profissional. Para Lisbeth: *“Minha mãe chegou aqui e me obrigou ir lá prestar queixa. Ela disse: “Tu vais prestar queixa porque ele fez cárcere privado contigo. Ele não deixou tu sair de dentro de casa”.*

O discurso dos amigos e familiares também pode ajudá-la a refletir sobre a situação e as graves implicações que permanecer na relação abusiva pode ter na sua saúde e na sua vida. As participantes referem que as colocações “chocantes” que algumas pessoas do seu entorno fizeram foram importantes para que elas entendessem o perigo que estavam correndo e decidissem pelo afastamento do agressor. Por vezes, a mulher nessa situação minimiza a violência, entendendo o ocorrido como um momento de descontrole e extremo estresse do companheiro. Elas referiram acreditar que este evento havia sido algo singular, que não se repetiria, negando a real situação (Santos e Moré, 2011; Wright e Johnson, 2009). Quando a violência reincide, algumas delas encontram desculpas e buscam explicações que normalizam e subestimam a gravidade da situação. Nesses casos, as opiniões e conselhos dos amigos e familiares auxiliam no entendimento da inadmissibilidade e seriedade dos fatos. O relato da participante Joy demonstra a relevância que o discurso dos membros da rede tem para a tomada de decisão das vítimas:

Uma amiga veio e disse: "Ele não vai parar." Ele tinha feito escarcéu na portaria dizendo que eu estava com outra pessoa, e que ia acabar com a pessoa. Daí eu disse: "Pois é, será que eu vou [notificar]?" Daí a minha amiga disse: "P., tu estás esperando o quê? Tu estás esperando ficar ensacada? Está esperando que ocorra o pior? Eu não sei do que ele é capaz. Ele está cada vez pior." Daí registrei a segunda ocorrência.

Ajuda material e de serviço

O processo vivenciado pelas vítimas de violência conjugal até a saída da relação abusiva e término do relacionamento muitas vezes envolve o abandono de seus bens materiais. Após a realização da denúncia, aquelas que residiam conjuntamente com o companheiro acabam por não retornar para seus lares – pelo menos momentaneamente – como forma de proteção contra possíveis retaliações do companheiro após este tomar conhecimento da formalização da queixa. Estas bruscas mudanças fazem com que, muitas vezes, as mulheres precisem de apoio material dos membros de sua rede até que consigam restabelecer-se em um novo local. Esse apoio pode ser fornecido de diferentes maneiras: por meio de ajuda financeira, pelo auxílio e fornecimento de algum tipo de serviço ou até mesmo pelo acolhimento em sua residência. Essa forma de auxílio foi referida pela participante Lisbeth: *“Eu fiquei um mês inteirinho na casa da minha mãe, sem vir na minha casa”*.

Na pesquisa realizada por Krenkel *et al.* (2015), o fornecimento deste tipo de ajuda por parte de amigos e familiares foi identificado a partir da doação de móveis para a nova moradia da mulher, bem como de auxílio financeiro com as despesas. Em consonância com os achados destes autores, as participantes referiram ter recebido ajuda material principalmente dos seus familiares, tendo também referido – com menor frequência nesta categoria de apoio – o suporte de amigos. Um achado interessante relacionado ao provimento desse tipo de auxílio foi o de que, na maior parte dos casos, os membros da rede que ajudaram tanto material como financeiramente forneceram pouca ou nenhuma outra forma de apoio. Algumas participantes referiram que os familiares que as abrigaram acompanharam-nas durante a realização da notificação contra o companheiro, mas apontaram outras pessoas da sua rede como as que forneceram maior auxílio no afastamento do agressor e na saída da situação de violência. Isto pode indicar que, para as mulheres, esta forma de apoio não é percebida como a mais importante e decisiva para interrupção do ciclo de violência e para o término da relação abusiva.

Considerações Finais

Considera-se, com base na integração das análises de rede de apoio efetiva e não-efetiva, a importância da inserção e participação da mulher em diferentes e variados microsistemas. É a partir dos contatos e trocas que ocorrem nestes distintos contextos que o mesossistema da mulher é fortalecido. Contudo, nem todos os integrantes dos microsistemas que a mulher participa são capazes de prestar apoio efetivo e benéfico para ela diante de eventos estressores. Sendo assim, entende-se que quanto mais trocas esta mulher realizar com pessoas que integram diferentes microsistemas, maiores serão as suas chances de obter alguma forma efetiva de suporte. Entretanto, é importante que a mulher perceba as relações existentes nos seus microsistemas como possíveis fontes de apoio. Caso contrário, ela não acionará a rede, independentemente da disponibilidade e da diversidade dos contextos, podendo não romper com o ciclo de violência.

Ademais, as interações que ocorrem entre a mulher e os membros da sua rede podem ser caracterizadas como processos proximais. As trocas estabelecidas – sejam elas negativas ou positivas – suscitam mudanças no comportamento da mulher, na compreensão que ela tem da situação que está vivenciando, bem como geram novos aprendizados. Essas relações influenciam tanto o seu próprio desenvolvimento quanto o da pessoa que interage com ela, que também é modificada por esta interação. Na maioria dos casos, as mulheres afastaram-se daqueles indivíduos que demonstraram uma postura crítica ou indiferente diante da sua demanda por ajuda. Fica claro que, por mais que a experiência tenha sido negativa, a interação desencadeou uma mudança: a mulher deixou de buscar estas pessoas. As interações positivas foram responsáveis por promover saúde, propiciando, para a mulher, novas alternativas de enfrentamento diante da situação vivenciada.

É importante salientar que, neste estudo, não se buscou a generalização dos resultados obtidos para população, o que evidencia o seu caráter essencialmente qualitativo. Desta forma, pretendeu-se investigar e compreender como funciona a rede

de apoio social de mulheres, para entender as implicações e consequências do apoio (ou da sua falta) para a saída da situação de violência. Salienta-se que o foco desse estudo foi a compreensão da rede primária dessas mulheres, embora a existência de uma rede de serviços especializados também se constitua como fonte de apoio emocional e social.

Foi uma tarefa difícil encontrar mulheres que se dispusessem a participar dessa pesquisa. Acredita-se que o desejo de esquecer estas experiências dolorosas e a vergonha de narrar suas histórias de humilhação, submissão e medo podem ser alguns dos fatores que se mostraram significativos para a recusa em participar do estudo.

Nesse estudo, se evidencia a complexidade das relações estabelecidas entre a mulher em situação de violência e as pessoas do seu entorno, que compõem sua rede. As relações demonstraram ambivalência, revelando-se capazes de prestar apoio, auxiliando a mulher a enfrentar e encerrar o ciclo de violência, mas também evidenciaram que a rede pode agir de forma a prejudicar e dificultar as tentativas da mulher de sair do relacionamento abusivo. Gomes *et al.* (2015) apontam que a falta de apoio produz muito sofrimento para as mulheres, pois dificulta a ruptura do ciclo de violência e atrapalha o processo de empoderamento para a saída da situação. Por isso, a compreensão deste fenômeno e de suas implicações é essencial para a proposição de intervenções que visem ao fortalecimento da rede, a partir da maior conectividade entre os membros e da ampliação dos contatos da mulher.

Referências

- ANDRADE, G. R.; VAITSMAN, J. 2002. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4):925-934.
- BHONA, F. M. C.; GEBARA, C. F. P.; NOTO, A. R.; VIEIRA, M. T.; LOURENÇO, L. M. 2014. Inter-relações da violência no sistema familiar: estudo domiciliar em um bairro de baixa renda. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(3):591-598.
- BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE POLÍTICAS DA SAÚDE. 2002. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço* (Caderno de Atenção Básica, 8). Brasília, Ministério da Saúde, 96 p.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. 2008. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2):77-101.

- BRONFENBRENNER, U. 1996. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas, 267 p.
- BRONFENBRENNER, U. 2011. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, Artmed, 310 p.
- CANESQUI, A. M.; BARSAGLINI, R. A. 2012. Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. *Ciência & Saúde Coletiva*, **17**(5):1103-1114.
- CARVALHO-BARRETO, A.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; ALMEIDA, P. C.; DESOUSA, E. 2009. Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **22**(1):86-92.
- COLOSSI, P. M.; RAZERA, J.; HAACK, K. R.; FALCKE, D. 2015. Violência conjugal: prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, **8**(1):55-66.
- DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. 2010. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, **18**(1):17-30.
- DEEKE, L. P.; BOING, A. F.; DE OLIVEIRA, W. F.; COELHO, E. B. S. 2009. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e sociedade*, **18**(2):248-258.
- DINIZ, E.; KOLLER, S. H. 2010. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, s/v (36):65-76.
- DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E.; VILLELA, W. V. 2013. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, **18**(5):1293-1304.
- FALCKE, D.; FÉRES-CARNEIRO, T. 2011. Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. In: A. WAGNER. (org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea*. Porto Alegre, Artmed, p. 72-87.
- FALCKE, D.; OLIVEIRA, D. Z. D.; ROSA, L. W. D.; BENTANCUR, M. 2009. Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, **2**(2):81-90.
- GADONI-COSTA, L. M.; ZUCATTI, A. P.; DELL'AGLIO, D. D. 2011. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia*, **28**(2):219-227.
- GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. D. F. R. 2012. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. *Estudos de psicologia (Natal)*, **17**(3):381-387.
- GIL, A. C. 2008. *Pesquisa Social*. São Paulo, Atlas, 216 p.
- GOMES, N. P.; GARCIA, T. C. S.; CONCEIÇÃO, C. D. R.; SAMPAIO, P. D. O.; ALMEIDA, V. D. C.; PAIXÃO, G. D. N. 2012. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, **36**(1):514-522.
- GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ANJOSGESTEIRA, S. M.; PAIXÃO, G. P. N.; COUTO, T. M. 2013. Vivência e repercussões da violência conjugal: o discurso feminino. *Revista Enfermagem UERJ*, **20**(5):585-590

- GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; REIS, L. A.; ERDMANN, A. L. 2015. Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: representações de mulheres que vivenciam o agravo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, **24**(2):316-324.
- GONÇALVES, T. R.; PAWLOWSKI, J.; BANDEIRA, D. R.; PICCININI, C. A. 2011. Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, **16**(3):1755-1769.
- GRIEP, R. H. 2003. *Confiabilidade e validade de instrumentos de medida de rede social e de apoio social utilizados no Estudo Pró-Saúde*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, 128 p.
- GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; COELHO, E. A. C. 2007. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, **9**(2):362-78.
- HEANEY, C. A.; ISRAEL, B. A. 2008. Social network and social support. In: K. GLANZ; B. K. RIMER; K. VISWANATH. (eds.), *Health behavior and health education: theory, research, and practice*. San Francisco, John Wiley & Sons, p. 189-210.
- JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D. A. 2008. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da escola de enfermagem da USP*, **42**(4):744-51.
- Johnson, M. P. 2011. Gender and types of intimate partner violence: A response to an anti-feminist literature review. *Aggression and Violent Behavior*, **16**(4):289-296.
- KATERNDAHL, D.; BURGE, S.; FERRER, R.; BECHO, J.; WOOD, R. 2013. Differences in social network structure and support among women in violent relationships. *Journal of interpersonal violence*, **28**(9):1948-1964.
- KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. 2004. Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In: S. H. KOLLER. (org.), *A ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 297-314.
- KRENKEL, S.; MOREÍ, C. L. O. O.; MOTTA, C. C. L. D. 2015. The significant social networks of women who have resided in shelters. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, **25**(60):125-133.
- LEONIDAS, C.; CREPALDI, M. A.; SANTOS, M. A. D. 2013. Bulimia nervosa: uma articulação entre aspectos emocionais e rede de apoio social. *Psicologia: teoria e prática*, **15**(2):62-75.
- LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S. 2011. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, **19**(6):1421-1428.
- MARQUES, T. M.; COLETA, M. F. D. 2010. Atribuição de causalidade e reações de mulheres que passaram por episódios de violência conjugal. *Temas em Psicologia*, **18**(1):205-218.
- MBURIA-MWALILI, A.; CLEMENTS-NOLLE, K.; LEE, W.; SHADLEY, M.; YANG, W. 2010. Intimate partner violence and depression in a population-based sample of women: Can social support help? *Journal of Interpersonal Violence*, **25**(12):2258-2278.

- MIRANDA, M. P. D. M.; PAULA, C. S. D.; BORDIN, I. A. 2010. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Pública*, **27**(4):300-308.
- MORÉ, C. L. O. O. 2005. As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Paidéia*, **15**(31):287-297.
- ROSA, L. W.; FALCKE, D. 2014. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, **15**(1):17-32.
- SAFFIOTI, H. I. B. 2001. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, **16**:115-136.
- SANTI, L. N. D.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. 2010. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto & Contexto-Enfermagem*, **19**(3):417-424.
- SANTOS, A. C. W. D.; MORÉ, C. L. O. O. 2011. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, **21**(49):227-235.
- SLUZKI, C. E. 1997. *A Rede Social Na Prática Sistêmica: Alternativas Terapêuticas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 148 p.
- TILLEY, D. S.; BRACKLEY, M. 2005. Men who batter intimate partners: a grounded theory study of the development of male violence in intimate partner relationships. *Issues in Mental Health Nursing*, **26**(3):281-297.
- WAISELFISZ, J. J. 2015. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), 79 p.
Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 23 de setembro de 2016.
- WRIGHT, C. V.; JOHNSON, D. M. 2009. Correlates for legal help-seeking: contextual factors for battered women in shelter. *Violence and victims*, **24**(6):771-785.

Submetido em: 03.07.2017

Aceito em: 12.03.2018